

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(IM) BRUNO REIS MOURA

A ESTRATÉGIA COERCITIVA BRITÂNICA NA CRISE DAS MALVINAS:
o descompasso entre o domínio da escalada e os pontos de pressão do
adversário

Rio de Janeiro
2023

CC(IM) BRUNO REIS MOURA

A ESTRATÉGIA COERCITIVA BRITÂNICA NA CRISE DAS MALVINAS:
o descompasso entre o domínio da escalada e os pontos de pressão do
adversário

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) André Luiz de Mello Braga

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar a força necessária, saúde e capacitação, para que eu vencesse mais um desafio em minha vida. A Ti, toda honra e toda glória, Senhor.

À minha esposa, Gabriela, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo companheirismo, suporte e motivação ao longo dessa caminhada. Obrigado pelo apoio e amor ao longo de nossa vida. Eu não conseguiria sem você, Gabi, meu eterno amor.

Aos nossos amados filhos, Lucas e Luisa. Vocês eram bebês quando escrevi essas páginas; muitos foram os momentos em que fiquei longe, para completar essa jornada. Mas a cada dia em que os via, minhas forças se renovavam e, então, conseguia seguir em frente. Vocês são tudo para mim, meus filhos. Papai sempre amará vocês!

Aos meus pais e irmão queridos. Obrigado por todo o apoio e por tudo que fizeram, para que, um dia, eu chegasse até aqui. Vocês são a minha base.

Ao CMG(RM1) André Luiz de Mello Braga, meu orientador, pela paciência, conselhos e disponibilidade, para me levar ao caminho final dessa pesquisa. Muito obrigado.

Ao CF(RM1) Ohara Barbosa Nagashima, por toda ajuda e paciência no desenvolvimento desse trabalho. Suas dicas e sugestões, aliadas à sua eterna disponibilidade, foram fundamentais ao entendimento e à condução desse trabalho. Serei sempre grato.

Ao CC(IM) Leo Simões Bastos e sua querida família, pela incomensurável ajuda desde o momento de preparação para o concurso, passando por todo o curso, até a conclusão dessa pesquisa. Vocês são família.

À Escola de Guerra Naval, por me proporcionar essa oportunidade de crescimento profissional e pessoal. A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização e condução do curso, meu muito obrigado. Viva a Marinha.

Aos meus diletos amigos da turma C-EMOS 2023, pois muitos foram os momentos de dificuldade; entretanto, juntos conseguimos vencê-los. O salutar convívio, a troca de experiências e a amizade nos fizeram conseguir essa vitória. Lembremo-nos, sempre, de que, juntos, somos mais fortes.

“Subjugar o inimigo sem lutar, esse é o ápice da habilidade.”

(Sun Tzu)

“Uma boa marinha não é uma provocação à guerra. É a garantia mais segura da paz.”

(Theodore Roosevelt, 1902)

RESUMO

O propósito desta dissertação é verificar se as decisões e ações do governo britânico, durante a crise das Malvinas, tiveram aderência à Teoria da Dinâmica da Coerção. A relevância deste estudo deriva do entendimento mais detalhado do emprego do poder naval em situações que envolvam coerção, presente em ambientes de crises militares. O trabalho apoiou-se na teoria da Dinâmica da Coerção, de Daniel Byman e Matthew Waxman, publicada em 2002. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa baseada no desenho teoria *versus* realidade. Adotou-se uma metodologia descritiva e analítica concentrada na verificação da aderência entre a teoria e as ações coercitivas selecionadas, a partir da avaliação dos fatos históricos da crise das Malvinas. A pesquisa indicou que os britânicos poderiam ter apresentado um elevado domínio da escalada e um razoável controle sobre os pontos de pressão, o que possibilitaria a compreensão de que as ações britânicas durante a crise das Malvinas tiveram aderência à estratégia coercitiva, conforme o modelo teórico de Byman e Waxman. Considerando o elevado controle sobre o domínio da escalada e o razoável controle sobre os pontos de pressão, configurou-se uma maior perspectiva de alcance dos objetivos estabelecidos quando da utilização dessa estratégia.

Palavras-chave: Malvinas. Reino Unido. Crise. Dinâmica da Coerção. Domínio da Escalada.

LISTA DE TABELAS

- 1 - Resumo dos resultados dos testes do domínio da escalada.....40
- 2 - Resumo dos resultados dos testes dos pontos de pressão.....43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ARA – *Armada de la República Argentina*
- BAS – *British Antarctic Survey*
- CEE – Comunidade Econômica Europeia
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DMD – Doutrina Militar de Defesa
- EUA – Estados Unidos da América
- HMS – *His ou Her Majesty Ship*
- LCM – Linhas de comunicação marítima
- MD – Ministério da Defesa
- NAe – Navio-Aeródromo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- RAF – *Royal Air Force*
- RU – Reino Unido
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ZET – Zona de Exclusão Total

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	CONCEITOS DE INTERESSE DA PESQUISA.....	12
2.2	A DINÂMICA DA COERÇÃO.....	16
2.2.1	O Domínio da Escalada.....	18
2.2.2	Os Pontos de Pressão.....	20
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	21
3	A CRISE DAS MALVINAS.....	24
3.1	SÍNTESE HISTÓRICA.....	24
3.2	A ESCALADA E A MANOBRA DE CRISE BRITÂNICA.....	27
3.2.1	A Manobra de Crise Britânica.....	30
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	34
4	A DINÂMICA DA COERÇÃO NA CRISE DAS MALVINAS.....	36
4.1	AS AÇÕES COERCITIVAS BRITÂNICAS.....	36
4.2	OS BRITÂNICOS E O DOMÍNIO DA ESCALADA.....	38
4.3	OS PONTOS DE PRESSÃO ARGENTINOS.....	41
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

Durante o período da Guerra Fria (1945-1991), houve um avanço significativo nos estudos sobre o gerenciamento de crises, especialmente após a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962¹. Nesse contexto, observa-se um notável avanço no desenvolvimento de estratégias que se fundamentavam na ameaça do uso da força como meio para atingir objetivos de Estado. Essas estratégias buscavam encontrar formas eficazes de lidar com situações críticas entre as superpotências da época, com o intuito de evitar conflitos em larga escala e possíveis desdobramentos catastróficos.

Deflagrada durante esse período, a crise das Falklands ou Malvinas² foi um conflito marcado pelo emprego limitado da força entre o Reino Unido (RU) e a Argentina, na disputa pela soberania territorial das ilhas, tornando-se uma das situações mais tensas da época.

Em 1982, a Argentina, buscando reafirmar sua reivindicação sobre as ilhas, invadiu o arquipélago, o que levou o RU a responder com uma forte reação militar em defesa de seu território ultramarino. A crise das Malvinas não apenas trouxe à tona uma disputa territorial de longa data, mas também refletiu as tensões geopolíticas do período.

A crise, que constitui o objeto desta pesquisa, foi delimitada entre 1º de abril de 1982 e 2 de maio de 1982. Essa crise destacou a complexidade e os riscos associados aos conflitos com uso limitado da força em meio a um contexto internacional delicado. Uma preocupação constante foi a ameaça implícita de escalada para uma guerra convencional, com níveis de violência mais elevados.

Dessa forma, o propósito do presente estudo é comparar a teoria da Dinâmica da Coerção, de Daniel Byman (1967-) e Matthew Waxman (1974-), publicada em 2002, com as decisões e ações do governo britânico durante a crise das Malvinas. Tal teoria enfoca a maneira pela qual os Estados podem buscar objetivos políticos por meio do uso limitado da força e como a escalada controlada pode influenciar as decisões do adversário.

¹ A Crise dos Mísseis de Cuba de outubro de 1962 foi um confronto direto e perigoso entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria, e foi o momento em que as duas superpotências chegaram mais perto do conflito nuclear (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

² O termo oficial utilizado pelas Nações Unidas é ilhas Falkland/Malvinas. Nesta pesquisa, adotou-se apenas o termo Malvinas, tendo em vista a posição oficial do Governo Brasileiro, que reconhece a ilha como território argentino. Cabe apontar que esse é o termo oficial adotado pela Argentina com relação ao referido território.

Com o intuito de atingir o objetivo estabelecido, aplicou-se metodologia descritiva e analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo foi desenvolvido com base no desenho teoria *versus* realidade. Assim, pretendeu-se verificar a aderência entre a teoria proposta e os eventos chave do objeto, identificados mais à frente. Optou-se pelo não estabelecimento de hipóteses a serem testadas, uma vez que a questão a ser averiguada é respondida na conclusão.

Dessa forma, o presente trabalho almeja analisar a seguinte questão fundamental: as decisões e ações do governo britânico, durante a crise das Malvinas, tiveram aderência ao modelo coercitivo de Byman e Waxman?

A pesquisa está organizada em cinco capítulos. No segundo capítulo, após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, abordando a Teoria da Dinâmica da Coerção e outros conceitos de interesse da pesquisa, que se mostraram basilares para o desenvolvimento do trabalho. Esses conceitos permitirão a compreensão dos aspectos os quais são analisados nos capítulos subsequentes.

No terceiro capítulo, expõe-se uma síntese histórica dos eventos pré-crise e analisa-se a crise propriamente dita, bem como o desenrolar das ações diplomáticas e militares dos britânicos. Dessa forma, tendem a se tornar evidentes os elementos que fundamentam a resposta ao questionamento da pesquisa.

No quarto capítulo, avaliam-se as ações identificadas no terceiro capítulo, à luz da teoria exposta, com o objetivo de verificar a aderência do modelo coercitivo proposto na fundamentação teórica às ações ocorridas durante o período da crise, que foram selecionadas para esta observação.

No último capítulo, conclui-se a pesquisa, sintetizando os resultados alcançados a partir das reflexões extraídas dos capítulos anteriores, e indica-se uma linha de investigação futura.

Assim, principia-se o estudo com a apresentação dos conhecimentos necessários à sua compreensão, analisa-se o contexto histórico envolvido, avalia-se a realização do modelo coercitivo em questão e se encerra a pesquisa com resposta à sua indagação principal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo trata do arcabouço teórico que sustenta a pesquisa. Nele é apresentada a Dinâmica da Coerção segundo Daniel Byman e Matthew Waxman, adotada como conceito central deste estudo. Além disso, são abordados alguns conceitos acessórios, como coerção e sua divisão, o domínio da escalada e seus aspectos de interesse, os pontos de pressão, entre outras ideias relacionadas ao escopo deste trabalho. Essa fundamentação é essencial à compreensão e ao desenvolvimento desta investigação, fornecendo as bases conceituais necessárias à avaliação das ações do governo britânico durante a crise das Malvinas e à posterior verificação de sua aderência ao modelo coercitivo proposto.

De maneira complementar, são apresentadas outras definições importantes, tais como crise, crise internacional político-estratégica, manobra de crise e emprego do poder naval.

Para sua melhor organização e aprimoramento de sua participação no escopo deste trabalho, o capítulo foi dividido em três seções. A primeira apresenta as definições de crise, crise internacional político-estratégica, manobra de crise e emprego do poder naval. A segunda analisa a Dinâmica da Coerção. Por fim, a terceira seção engloba as considerações parciais daquilo que foi apresentado nas seções anteriores.

2.1 CONCEITOS DE INTERESSE DA PESQUISA

Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012)³ afirma que o colapso dos grandes impérios coloniais resultou em uma fragmentação significativa do sistema internacional, o que levou ao surgimento de múltiplas crises em várias regiões (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

De acordo com Coutau-Bégarie (2010), a definição do termo crise se enquadra em uma zona cinzenta, na qual a distinção entre paz e guerra se torna menos clara. O autor cita como exemplo as crises de Berlim (1948-1949) e a dos mísseis de Cuba.

³ Hervé Coutau-Bégarie foi um historiador e cientista político francês. Era especialista em estratégia.

Não há, também, um consenso claro sobre os critérios que determinam o início de uma crise, embora seja reconhecido que a percepção de cada ator desempenha um papel essencial quanto a esse entendimento. Esse discernimento pode variar para os atores, e pode ocorrer em momentos diferentes para cada lado e, ainda, ser influenciado pela noção de ameaça, tanto iminente quanto efetivada (MACEDO, 2012).

No campo militar, a *Doutrina Militar de Defesa* (DMD), elaborada pelo Ministério da Defesa (MD) do Brasil, também considera as crises posicionadas na zona cinzenta de Coutau-Bégarie (2010), ou seja, entre a paz e a guerra. E apresenta o conceito de crise como um conflito deflagrado após a ruptura das relações entre Estados que se encontram imersos num contencioso. As tensões envolvidas nesse caso têm o potencial de escalar a situação, chegando até mesmo a uma guerra (BRASIL, 2007).

Além disso, o conceito de crise também possui derivações no campo interno e externo de um país (BRASIL, 2007). Essa dicotomia leva à busca de um conceito mais específico, a fim de contextualizar, de forma adequada, os acontecimentos da crise das Malvinas.

Dessa forma, segundo a DMD:

A crise internacional político-estratégica, nesta Doutrina, é definida como um estágio do conflito, entre dois ou mais Estados, em que o desencadeamento proposital de uma situação de tensão visa a alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos, por meio da manipulação do risco de uma guerra, com atitudes e comportamentos que indicam ser a situação extrema compatível com razões maiores, quase sempre ocultas ou não explicitamente declaradas (BRASIL, 2007, 2. ed., p. 29).

Assim, após a compreensão do conceito de crise e crise internacional político-estratégica, torna-se importante buscar como funciona o processo de gerenciamento das ações num cenário de conflito entre Estados. Nesse contexto, George (1991) entende que o êxito alcançado pelos EUA e a URSS no gerenciamento de suas crises, evidenciado pela ausência de confrontos militares entre eles, foi resultado da compreensão dos princípios essenciais do gerenciamento de crise por seus líderes. Ambos aprenderam a regular e limitar sua rivalidade global, evitando conflitos com alto risco de escalada para a guerra.

Ainda segundo Canyon (2020), o gerenciamento de crises seria o conjunto de medidas e metodologias usadas para reconhecer, controlar e limitar os danos de uma crise e seus efeitos em cascata.

Na visão militar brasileira, o processo de gerenciamento de crise é conhecido como manobra de crise e consiste em ações, conduzidas pelo nível político, que visam a evitar o

conflito armado⁴, almejando uma paz vantajosa, com todo o processo administrado em consonância com os objetivos nacionais. Além disso, as ações devem alcançar uma abordagem controlada e progressiva na utilização de pressão e força, buscando persuadir o oponente a chegar a um consenso, em vez de impor a vontade de um Estado mais poderoso, por meio da submissão ou da destruição do adversário em um conflito armado (BRASIL, 2007).

Todo o processo é conduzido dentro de uma estrutura própria, cujo componente principal é o Gabinete de Crise. Tal estrutura é composta por autoridades nacionais de alto nível no país, as quais são responsáveis pelas decisões, conforme as ações vão ocorrendo em um cenário de crise (BRASIL, 2007).

Durante uma situação de crise, o poder militar pode ser utilizado com o propósito de exercer pressão sobre o oponente e de levá-lo a mudar sua posição de maneira favorável aos interesses de quem a exerce, permitindo alcançar o objetivo político que motivou a crise (BRASIL, 2007).

Além disso, o poder naval, devido à sua flexibilidade, mobilidade, permanência e capacidade de adaptação, mostra-se como um eficaz instrumento para a implementação da manobra de crise. Isso possibilita o uso controlado e gradual da força nos episódios e momentos necessários, de acordo com os objetivos político-estratégicos estabelecidos (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, as marinhas têm se mostrado excepcionalmente úteis, há muito tempo, como instrumentos para a condução da política externa, e têm desempenhado um papel cada vez mais importante num momento de surgimento de diversas crises em diferentes regiões (COUTAU-BÉGARIE, 2010; TILL, 2018).

Esse novo cenário contemporâneo denota complexidade e requer uma estratégia marítima moderna, promotora de missões mais diversificadas para as esquadras. No caso de crises, há a projeção de poder⁵ e as ações de presença⁶ como missões das esquadras aplicáveis

⁴ O conflito armado é comumente compreendido como uma estratégia adotada por grupos politicamente estruturados que recorrem à violência armada, para resolver disputas ou impor sua vontade sobre outros (BRASIL, 2017).

⁵ Na projeção de poder, ocorre a utilização do domínio do mar contra a terra, a esquadra passa a ser o meio principal para uma intervenção num cenário de crise (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

⁶ Nas ações de presença, o uso de meios navais de forma contínua se mostra também eficaz, num ambiente de crise, com abordagens, que vão desde a tradicional demonstração de intimidação até a ocupação de territórios por meio da força (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

a crises, conforme proposto pelo Almirante Zumwalt (1920-2000)⁷ e atualizado pelo Almirante Turner (1923-2018)⁸ (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Nessa perspectiva, Speller (2019) ressalta que a capacidade de conduzir operações a partir do mar oferece às marinhas diversas opções, que podem ser úteis desde a paz até a guerra, passando por suas fases intermediárias, aqui entendidas como crises. Podem, também, ser usadas para coagir ou derrotar um inimigo, por conta própria, e cita como exemplo a crise das Malvinas.

Dos fatos até aqui expostos, entende-se que um sistema internacional fragmentado trouxe consigo o surgimento de crises em diferentes partes do mundo. No pós Guerra Fria, definir o que constitui uma crise tornou-se uma tarefa complexa, dependente da perspectiva dos atores envolvidos e do contexto específico. Nesta pesquisa, adotou-se o conceito de crise, conforme apresentado na DMD brasileira, para investigar a crise das Malvinas de maneira abrangente e compreender seu gerenciamento. A abordagem dessa doutrina permite uma avaliação apropriada das características da crise e sua ramificação no cenário internacional.

Dessa forma, o gerenciamento de ações durante uma crise é realizado por meio da manobra de crise, a qual busca persuadir o adversário por meio do domínio da escalada da força, sem impor, necessariamente, a vontade estatal. Nessa conjuntura, o Gabinete de Crise, liderado pelo mais alto nível político do país, desempenha um papel essencial na condução das ações. O poder naval, devido às suas características inerentes, tem a capacidade de estar presente no local e momento adequados, permitindo o uso da força, ou a ameaça do uso, para atender aos objetivos político-estratégicos estabelecidos pelo governo. A projeção rápida e eficiente do poder naval torna-o um instrumento estratégico versátil, para enfrentar desafios em situações de crise e proteger os interesses do Estado em âmbito internacional.

A seguir, apresenta-se a Dinâmica da Coerção, segundo Byman e Waxman (2002), averiguando elementos como o domínio da escalada e os pontos de pressão do adversário, recursos esses escolhidos como principal forma de analisar uma estratégia coercitiva.

⁷ Almirante Elmo Russell Zumwalt, Jr. nomeado pelo presidente americano Richard Nixon para servir como chefe de operações navais da marinha dos EUA, de 1 de julho de 1970 a 1 de julho de 1974.

⁸ Almirante Stansfield Turner foi presidente da Escola de Guerra Naval da marinha dos EUA de 1972 a 1974.

2.2 A DINÂMICA DA COERÇÃO

No livro *A Dinâmica da Coerção*⁹, os autores Daniel Byman e Matthew Waxman analisam a viabilidade da utilização de diversos mecanismos de coerção. Esses mecanismos são especialmente focados na capacidade de ameaçar pontos cruciais para o oponente, na aptidão de controlar o momento de ameaça e na forma de intensificar o uso desses recursos coercitivos, dentro de um contexto de emprego limitado de força militar (BYMAN; WAXMAN, 2002).

O mecanismo de coerção é o processo em que a ameaça de imposição de custos gera respostas adversárias. Na visão dos autores, é um dos três elementos de um modelo conceitual de coerção. Os outros elementos são o instrumento, que consiste no meio de ameaçar e impor custos ao adversário, e o resultado, o qual é o objetivo que o agente da coerção busca alcançar. Esse modelo conceitual se traduz numa estratégia coercitiva que especifica os objetivos do agente da coerção, como ele planeja alcançá-los e quais instrumentos utilizará para fazê-lo (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Em uma estratégia coercitiva, o uso limitado da força é um elemento fundamental, pois almeja garantir a credibilidade da ameaça e pretende influenciar a percepção do adversário em relação aos custos significativos da resistência. Tal elemento torna-se necessário em um cenário no qual, nem sempre, sanções e pressões políticas são suficientes para interromper agressões ou para alterar o comportamento de adversários comprometidos (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Como exemplo prático desse elemento, os autores destacam os ataques aéreos como instrumentos úteis para os formuladores de políticas escalarem suas ações, pois esses ataques têm a capacidade de infligir danos em todo o espectro, desde a coerção até a força bruta (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Sendo assim, fica evidenciada, portanto, a importância do estudo do emprego, ou da ameaça do emprego da força, no contexto das estratégias coercitivas. Tendo em vista que a coerção, foco desta pesquisa, utiliza o emprego da força, cabe aqui defini-la de acordo com Byman e Waxman (2002):

⁹ Título original: “*The Dynamics of Coercion: American Foreign Policy and the Limits of Military Might*”.

Coerção não é destruição. Estratégias coercitivas são mais bem sucedidas quando as ameaças não precisam ser materializadas. Embora alguma destruição frequentemente faça parte da coerção, a coerção tem sucesso quando o adversário desiste enquanto ainda tem o poder de resistir (BYMAN; WAXMAN, 2002, p.3, tradução nossa)¹⁰.

Sob outra perspectiva, a coerção pode ser definida como a capacidade de fazer o adversário agir de uma maneira específica, utilizando meios que não envolvem o uso direto da força bruta. Cabe ressaltar que o oponente ainda tem a capacidade de recorrer à violência organizada, mas escolhe não utilizá-la (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Dentro dessa avaliação, para Byman e Waxman (2002), a coerção é subdividida em duas subcategorias: compelir e dissuadir. Nas palavras dos autores:

Compelir envolve os esforços para reverter uma ação que já tenha ocorrido ou para alterar o status quo, tal como expulsar um agressor que tenha acabado de conquistar um território, ou convencer um estado de não avançar em programas de proliferação de armas nucleares. A dissuasão, ao contrário, envolve a tentativa de prevenir que uma ação ainda não materializada aconteça, tal como desestimular um agressor a conquistar um estado vizinho ou convencer um país que deseje possuir armas nucleares a abandonar essa intenção (BYMAN; WAXMAN, 2002, p. 6 e tradução nossa)¹¹.

Essa ideia guarda relação com a divisão de coerção proposta por Till (2018), na qual o autor afirma que a finalidade da coerção, inserida no contexto competitivo, abrange duas dimensões: a dissuasão e a compulsão. A dissuasão consiste numa abordagem passiva, que permite ao agente dissuasor influenciar as percepções do adversário. Por outro lado, a compulsão configura uma abordagem ativa a qual, por meio de ações cinéticas, impede um opositor de adotar um comportamento específico, ou o obriga a tal.

Importante ressaltar que, tanto na compulsão quanto na dissuasão, pode ocorrer o emprego limitado da força ou apenas sua ameaça. Pode-se perceber, todavia, uma clara diferença no que tange ao *status quo* pretendido. O ato de compelir visa a alterar o *status quo* do oponente, com a finalidade de reverter uma ação que já tenha ocorrido. O ato de dissuadir,

¹⁰ No original: “Coercion is not destruction. Coercive strategies are most successful when threats need not even be carried out. Although some destruction is often part of coercion, coercion succeeds when the adversary gives in while it still has the power to resist.”

¹¹ No original: “Compellence involves attempts to reverse an action that has already occurred or otherwise overturn the status quo, such as evicting an aggressor from territory it has just conquered or convincing a proliferating state to abandon its nucleares weapons programs. Deterrence, in contrast, involves attempts to prevent an as yet unmaterialized action from occurring in the first place, such as dissuading an agressor from trying to conquer a neighboring state or convincing a country that desires nuclear weapons not to seek them.”

entretanto, pretende manter o *status quo* do adversário, numa tentativa de prevenir uma ação ainda não materializada (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Numa observação mais criteriosa, entende-se que a coerção envolve a manipulação das escolhas políticas e da tomada de decisões de um adversário. Além disso, não se limita a uma única direção, em que uma parte ameaça a outra. Pelo contrário, em praticamente qualquer crise, ambas as partes buscarão coagir uma à outra, tentando influenciar o comportamento uma da outra por meio de ações e ameaças (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Reconhecer essa natureza dinâmica da coerção produz duas importantes consequências intimamente relacionadas. A primeira é que a coerção bem-sucedida requer descobrir e ameaçar os pontos de pressão do adversário. A segunda é que as ameaças coercitivas têm maior probabilidade de sucesso quando quem as realiza detém o domínio da escalada (BYMAN; WAXMAN, 2002). Os dois conceitos citados serão analisados de forma mais detalhada a seguir.

Até esse ponto, compreende-se que uma estratégia coercitiva é baseada em três elementos: o instrumento, o mecanismo e o resultado desejado. Cabe, então, acrescentar o uso limitado da força, considerado um elemento essencial na coerção, capaz de garantir a credibilidade da ameaça e influenciar a percepção do adversário.

A coerção é definida como a habilidade de fazer o adversário agir de maneira específica, sem o uso direto da força bruta. Os autores citados distinguem dois tipos de coerção: o ato de compelir e o de dissuadir. Ambas as abordagens buscam manipular as escolhas políticas e decisões do adversário, sendo a primeira com foco em ações passadas e presentes; e a segunda com foco em ações futuras. A coerção bem-sucedida requer a capacidade de ameaçar os pontos de pressão do adversário e de deter o domínio da escalada.

2.2.1 O Domínio da Escalada

O conceito de domínio da escalada foi desenvolvido durante a Guerra Fria, quando o espectro de uma guerra nuclear pairava sobre o mundo, mas sempre se aplicou a crises convencionais (BYMAN; WAXMAN, 2002).

O sucesso das estratégias coercitivas ocorre por meio das percepções das partes de que quem ameaça pode alcançar o domínio da escalada. Esse conceito não se resume à possibilidade de impor custos maiores ao adversário do que ele pode retaliar. Em vez disso,

exige uma superioridade a qual seja relevante em todas as formas possíveis de escalada. Assim, não importa em qual ponto o adversário escolha intensificar a pressão, o agente da coerção está sempre apto a superar o adversário em tal área (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Aprofundando as observações sobre o conceito, vale apontar que existem três aspectos de interesse para o agente da coerção obter o domínio da escalada. São eles: o efeito cumulativo da coerção, a sustentabilidade e a variação do esforço coercitivo (BYMAN; WAXMAN, 2002).

De acordo com Byman e Waxman (2002), em vez de depender, exclusivamente, da ameaça de uma escalada na violência, o agente da coerção, muitas vezes, opta por ameaçar manter um nível constante de pressão. Isso é feito com o objetivo de influenciar a tomada de decisão do adversário, demonstrando que os custos continuarão a ser impostos de forma cumulativa.

Embora tal estratégia seja perfeitamente eficaz contra um adversário racional, ela tende a não funcionar contra adversários que percebem a ameaça de forma distorcidamente otimista e, com isso, acreditam que o efeito cumulativo não será significativo. Dentro dessa ótica, o adversário entende que será possível uma adaptação ao sacrifício imposto, inferindo que o agente da coerção não conseguirá manter o esforço, ainda que em níveis constantes, pelo período necessário à consolidação dos resultados (BYMAN; WAXMAN, 2002).

A sustentabilidade diz respeito ao período em que uma determinada ação pode ser mantida. É comum que o adversário acredite que o agente da coerção não seja capaz de conservar a pressão por um longo período, o que leva a um reforço da posição do adversário na disputa. Portanto, a credibilidade na capacidade do agente da coerção em sustentar seus esforços ao longo do tempo é de extrema importância quando se trata de compelir ou dissuadir o adversário (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Segundo Byman e Waxman (2002), a variação do esforço coercitivo é a aplicação da pressão coercitiva de forma decrescente, constante e crescente, variando de acordo com a intenção do agente da coerção em distender, estabilizar ou escalar a crise. A forma decrescente é observada quando o objetivo é reduzir a intensidade da crise ou quando o ator que impõe a coerção não consegue manter o esforço inicial ao longo do tempo. A forma constante é apreciada no efeito cumulativo, visto anteriormente. Já a forma crescente considera o aumento de pressão de modo incremental ou imediato. Nessa última, os custos impostos pelo

agente da coerção tendem a ser percebidos com mais clareza, levando o adversário a rever suas ações e demonstrando ser o elemento mais eficaz do domínio da escalada.

Logo, entende-se que o domínio da escalada não se trata apenas de exercer uma pressão coercitiva maior que o poder de retaliação do adversário, mas de ser capaz de superar ao adversário em todas as formas possíveis de escalada.

Ademais, identificam-se os seguintes atributos para se obter o domínio da escalada: as pressões coercitivas são efetivas quando aplicadas de forma constante, aproveitando-se do efeito cumulativo; o agente de coerção que detém a capacidade de sustentar determinado esforço coercitivo por um período considerável amplia a efetividade dos esforços para coagir o adversário e, quando o aumento de pressão coercitiva acontece de forma incremental ou imediata, o adversário tende a perceber com mais clareza os custos impostos e, por isso, aumentam as chances de que ele reveja a sua posição.

2.2.2 Os Pontos de Pressão

Para ameaçar de forma eficaz, o agente da coerção deve, primeiro, entender o que o adversário valoriza. Em seguida, ele deve determinar o que pode, efetivamente, colocar em risco o adversário sem muito custo para si mesmo. Ou seja, o agente da coerção deve buscar os pontos de pressão do adversário, que seriam aqueles pontos sensíveis ao adversário e que podem ser ameaçados (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Os pontos de pressão são definidos com base em duas características: sensibilidade e vulnerabilidade. O ponto de pressão é considerado sensível quando o impacto do ataque é significativo para o adversário. Por sua vez, é considerado vulnerável quando há a possibilidade de que um ponto seja ameaçado (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Assim, para ser considerado um ponto de pressão, é necessário agregar a importância que um determinado ponto representa para o adversário, bem como a possibilidade desse ponto sofrer um ataque ou uma restrição. Aqui, a credibilidade na capacidade de ameaçar os pontos de pressão, com custos reduzidos para quem ameaça, mostra-se elemento vital para o sucesso da coerção. (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Da mesma forma, a identificação das características dos pontos de pressão, sensibilidade e vulnerabilidade, contribui para a escolha de ações mais apropriadas pelo agente da coerção. Além disso, é relevante perceber que haverá pontos de pressão que serão

sensíveis, mas não vulneráveis, o que pode influenciar a estratégia a ser adotada durante o processo de coerção (BYMAN; WAXMAN, 2002).

Constata-se, desse modo, que a identificação de recursos sensíveis e vulneráveis, assim como a habilidade de ameaçá-los com credibilidade e custos reduzidos, são elementos importantes ao sucesso da coerção. Essa compreensão aprofundada dos pontos de pressão permite ao agente da coerção direcionar suas ações de forma eficaz e influenciar o comportamento do adversário, tornando possível a realização dos objetivos políticos desejados durante uma crise.

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, buscou-se apresentar definições importantes para a compreensão da presente pesquisa, além de haver abordado o conceito basilar que guiará a avaliação sobre a dinâmica da coerção na crise das Malvinas. Essa fundamentação teórica e conceitual é imprescindível ao desenvolvimento do trabalho e à compreensão das ações adotadas pelo RU durante essa crise específica.

Examinando o conceito de crise e a sua ramificação - a crise internacional político-estratégica, observou-se que, devido à própria natureza desse fenômeno, a definição de crise pode ser complexa e dependente da percepção dos envolvidos. Em seguida, tratou-se do conceito de manobra de crise sob uma perspectiva militar. Tal estratégia visa a evitar conflitos armados, buscando uma paz vantajosa, por meio de uma abordagem controlada do uso da força. A manobra de crise é conduzida no mais alto nível político do país, por uma estrutura conhecida como Gabinete de Crise.

Ressalta-se, também, que, dentro dessa manobra de crise, o poder militar é uma opção que o nível político pode utilizar para desencadear ações em um ambiente de crise, almejando alcançar seus objetivos político-estratégicos. Como componente do poder militar, tem-se o poder naval, que, devido às suas características intrínsecas, possui a capacidade de se projetar ou estar presente quando necessário, em prol dos objetivos estabelecidos pelo país. O poder naval tem se mostrado uma importante ferramenta em cenários de crise, proporcionando flexibilidade e mobilidade para apoiar a estratégia de maneira eficaz.

Por fim, apresentou-se a Dinâmica da Coerção. Nela, uma estratégia coercitiva se baseia em três elementos: o instrumento, o mecanismo e o resultado desejado.

Assim, tem-se a coerção como a capacidade de fazer o adversário agir de uma maneira específica, sem a necessidade do uso direto da força bruta, buscando assegurar a credibilidade da ameaça e influenciar a percepção do adversário em relação aos custos significativos da resistência. A coerção pode ser subdividida em compulsão e dissuasão, com o emprego limitado da força ou apenas sua ameaça, o que resulta em diferenças claras no estado final pretendido.

O foco de Byman e Waxman reside no caráter dinâmico e singular do fenômeno da coerção, o que, conseqüentemente, ressalta a relevância da capacidade de ameaçar, com custos reduzidos, os pontos de pressão do adversário e de manter o controle sobre o domínio da escalada, dentro da dinâmica da coerção. Esses conceitos são de suma importância para esta pesquisa, quando se avalia a aderência das ações e decisões britânicas na crise das Malvinas a este modelo teórico.

Quanto ao domínio da escalada, observou-se que, para alcançá-lo, as ações devem apresentar características específicas. O agente da coerção deve ser capaz de superar o adversário em qualquer área na qual ele escolha aumentar a pressão. Para isso, as pressões coercitivas devem ser aplicadas de forma constante e precisam gerar efeito cumulativo, para que sejam efetivas.

Outro ponto importante para o domínio da escalada é que o adversário deve perceber que o agente da coerção tem capacidade para sustentar um esforço coercitivo por um período considerável, o que torna os esforços para compelir ou dissuadir mais efetivos. Ademais, como última característica do domínio da escalada, observa-se que quando o aumento de pressão coercitiva acontece de forma incremental ou imediata, o adversário tende a compreender, com mais clareza, os custos impostos, o que aumenta as chances de ele reconsiderar sua posição.

Para identificar os pontos de pressão, é necessário identificar os pontos de valor para o adversário e avaliar se o agente da coerção possui aptidão para ameaçar esses pontos e a que custo essa ameaça seria realizada. Além disso, é preciso verificar se o ponto é sensível e vulnerável ou insensível, mas não vulnerável.

Com base nesses critérios, podem-se identificar as ações coercitivas britânicas, verificando se foram coerentes com as características do domínio da escalada, além de

reconhecer e analisar os pontos de pressão argentinos durante a crise das Malvinas, conforme o modelo teórico de Byman e Waxman.

Dessa forma, pode-se compreender que a ideia principal da obra de Byman e Waxman é que, quanto mais elevado for o controle do ator que utiliza estratégias coercitivas sobre os pontos de pressão e o domínio da escalada, maior será a chance de sucesso da estratégia coercitiva.

No próximo capítulo, busca-se discorrer acerca dos eventos históricos pertinentes à crise das Malvinas, com o objetivo de identificar as ações e decisões tomadas pelos britânicos no âmbito da manobra de crise realizada.

3 A CRISE DAS MALVINAS

Neste capítulo, são expostos os fatos históricos relacionados aos conceitos apresentados no capítulo anterior, com o intuito de identificar as ações e decisões britânicas na crise das Malvinas, que se enquadram nos princípios da teoria de Byman e Waxman. Essa abordagem contribuirá para responder à pergunta formulada no início da pesquisa.

O capítulo está estruturado em três seções. Primeiramente, apresenta-se uma síntese histórica das relações entre o RU e a Argentina no que se refere à questão das ilhas. A segunda seção versa sobre os fatos inerentes ao período da crise, contendo os períodos de escalada e a manobra de crise, com foco nas ações britânicas. Por fim, realizam-se algumas considerações parciais.

3.1 SÍNTESE HISTÓRICA

A disputa pela soberania das Ilhas Malvinas tem raízes antigas. A ocupação argentina das ilhas em 1820, seguida da reivindicação oficial em 1829, foi contestada pelo RU, que, em 1833, expulsou os argentinos das ilhas. Essa ação britânica desencadeou um sentimento de descontentamento no povo argentino, que foi passado de geração a geração, em relação à perda do controle das ilhas (DUARTE, 1986).

Segundo Gamba (1987), as relações no período anterior à invasão argentina das ilhas estariam enquadradas numa fase que a autora denomina de *status quo*. Durante todo esse período, as interações referentes à disputa significavam, para o RU, prosseguir com negociações anuais, nas quais a questão da soberania era periodicamente retirada, a fim de que se mantivesse a comunicação com a Argentina em um nível aceitável.

O objetivo dessa política, no referido período, era manter as negociações em andamento, com o intuito de evitar que a Argentina retirasse os meios de comunicação e a logística para as ilhas. Caso as negociações fracassassem, a Argentina, definitivamente, retiraria esses serviços, o que obrigaria o RU a se comprometer ainda mais na região,

especialmente quando o RU passava por um processo de abandono de compromissos ultramarinos (GAMBA, 1987).

Por outro lado, o *status quo* da Argentina em relação às negociações bilaterais com o RU sobre a soberania das Ilhas Malvinas era marcado pela falta de progresso constante e pela natureza desigual das discussões. A Argentina estava acostumada à abordagem do RU, que, frequentemente, trazia a questão da soberania à mesa de negociações apenas para retirá-la por longos períodos. Enquanto a possibilidade de discutir a soberania não fosse categoricamente encerrada nas negociações bilaterais, a Argentina tendia a aceitar essa abordagem (GAMBA, 1987).

Contudo, a partir de dezembro de 1981, com a chegada da nova Junta Militar ao poder, a Argentina iniciou seu planejamento para retomar as Malvinas. Caso as negociações com o RU, que seriam retomadas em fevereiro de 1982, falhassem, a marinha argentina transportaria uma força militar para capturar e ocupar as ilhas, entre julho e outubro de 1982 (MIDDLEBROOK, 1987).

Aliado a esse fato, havia outra questão indiretamente ligada ao controle das ilhas relacionada ao contexto geopolítico argentino na disputa do Canal de Beagle e a cessão desses territórios ao Chile. Estrategistas militares argentinos afirmavam que as reivindicações antárticas e a presença argentina na Antártica precisavam ser reforçadas por uma negociação final com o RU sobre as Malvinas (GAMBA, 1987).

A combinação de negociações estáticas sobre a soberania das ilhas com o clima de agitação interna, marcado por problemas econômicos e repressão política, levou a Junta Militar a buscar uma distração externa que unisse a população em uma causa comum (DUNN, 2014; MCGRUTHER, 1983). O governo do general Leopoldo Galtieri (1926-2003)¹² viu a invasão como uma forma de desviar a atenção da repressão política e da crise econômica. Governos argentinos anteriores, no entanto, haviam sido dissuadidos de usar a força militar para recuperar a soberania das ilhas, devido à percepção da capacidade militar britânica e sua disposição de defendê-las (FREEDMAN, 1982).

Sob o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher (1925-2013)¹³, o RU foi obrigado a redimensionar suas forças armadas em função de dificuldades financeiras, que levaram a nação a priorizar a economia doméstica. Por conseguinte, os planejadores navais,

¹² General de Exército Leopoldo Galtieri foi presidente da Argentina entre 1981-1982.

¹³ Margareth Thatcher foi Primeira-Ministra do RU entre 1979-1990.

sujeitos ao escrutínio de políticos e preocupados com questões financeiras, foram obrigados a se concentrar na participação da marinha britânica na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na ameaça representada pela esquadra soviética (DUNN, 2014).

Em consequência das referidas restrições fiscais, a marinha britânica foi afetada negativamente. Com a baixa programada de meios, em especial dos HMS¹⁴ *Hermes* e HMS *Invincible*, os dois únicos Navios Aeródromos (NAe) operacionais de que dispunha a marinha britânica na época, ela perderia sua capacidade operacional em termos de mobilidade, flexibilidade, versatilidade e permanência, reduzindo sua característica de força naval mais abrangente e autônoma (DUNN, 2014).

Além disso, o anúncio da iminente remoção do Navio Polar HMS *Endurance*, o único navio da marinha britânica mantido em águas do oceano Atlântico Sul, criou preocupações em relação a uma possível má interpretação dos fatos em Buenos Aires. Essa preocupação foi alertada pelo Ministério das Relações Exteriores do RU, tendo em vista que, nos assuntos relativos às ilhas, os britânicos enfrentavam sempre o dilema de escolher entre uma resposta militar imediata ou uma abordagem diplomática discreta (FREEDMAN, 1982).

Por sua vez, no nível político argentino, o General Galtieri e sua Junta Militar estavam confiantes de que o RU não teria a vontade política nem a capacidade geral de responder a uma invasão militar. Eles acreditavam que os britânicos estavam tomando medidas para reduzir sua capacidade de projeção de força e que os desafios logísticos de enviar uma força confiável a uma distância de 8.000 milhas náuticas, cerca de 14.000 km, pareciam insuperáveis (PRIVRATSKY, 2014).

Até este ponto, observa-se que a disputa entre RU e Argentina acerca das ilhas tem raízes históricas relevantes para o entendimento da situação antes da crise. As percepções sobre a questão tinham diferentes interpretações e objetivos pelos atores envolvidos. Até que, em 1981, a chegada da Junta Militar ao poder, seguida de anúncios públicos pelos britânicos, que demonstravam uma futura incapacidade militar de projeção de poder sobre as ilhas, somada às preocupações geopolíticas da Argentina na região, delinearam-se como fatores que alteraram a percepção argentina na busca de seu sonho de soberania sobre as ilhas.

¹⁴ Navio de Sua Majestade (*Her* ou *His Majesty's Ship*), como são chamados os navios da Marinha Real Britânica.

3.2 A ESCALADA E A MANOBRA DE CRISE BRITÂNICA

Dentro desse contexto político em que se encontravam os atores, em março de 1982, na Geórgia do Sul, um grupo do *British Antarctic Survey*¹⁵ (BAS) encontrou o *Armada de la República Argentina (ARA) Bahia Buen Suceso* e sua tripulação descarregando cargas com a bandeira argentina hasteada em terra, sob contrato de um comerciante argentino chamado *Constantino Davidoff*. Esse incidente foi considerado pelos britânicos como uma violação à sua soberania sobre as ilhas britânicas e ficou conhecido como o Incidente *Davidoff* (FREEDMAN; GAMBA-STONEHOUSE, 1991; VIDIGAL, 1985).

Tal episódio ganhou ampla divulgação na imprensa e provocou exacerbadas reações no Parlamento britânico, levando o RU a considerá-lo como uma crise política interna. O governo britânico enfrentava uma tempestade política no Parlamento, e o evento trouxe a percepção de vulnerabilidade pública do governo em questões de política de defesa. Por outro lado, a Argentina viu o incidente como o início de uma crise internacional político-estratégica com o RU, conforme apontado por Gamba (1987).

Em resposta à presença de trabalhadores argentinos na Geórgia do Sul, o Parlamento britânico se reuniu em caráter de urgência, em 23 de março daquele mesmo ano. Sob pressão, devido aos vazamentos da situação na imprensa, o RU enviou um comunicado direto à Argentina, exigindo a desocupação imediata da ilha pelos trabalhadores. Caso contrário, os Fuzileiros Navais Reais, a bordo do HMS *Endurance* os retirariam à força (PRIVRATSKY, 2014; VIDIGAL, 1985). Em resposta, a Argentina desviou o navio ARA *Bahia Paraiso* para a direção do local com um grupo militar próprio com ordens de permanecer no local e avaliar a situação. Este evento aparentemente sugeriu um possível teste argentino da determinação britânica em controlar as ilhas, por meio das ações dos trabalhadores (PRIVRATSKY, 2014).

Após a resolução da questão no nível diplomático, a Argentina concordou em retirar os trabalhadores da ilha. O governo britânico decidiu revogar sua decisão anterior, de retirar o HMS *Endurance* da região das ilhas no final do ano, o que representou uma preocupação significativa para a Junta Militar argentina, pois a crise na Geórgia do Sul poderia impedir a

¹⁵ Instituto nacional de pesquisa polar do RU. Tem um duplo propósito, conduzir a ciência polar, permitindo uma melhor compreensão das questões globais, e fornecer uma presença ativa na Antártida em nome do RU.

redução das forças britânicas na região, tornando inviável a opção de invasão militar (FREEDMAN; GAMBA-STONEHOUSE, 1991; MACEDO, 2012).

Apesar dessa possibilidade, após os eventos e sua ampla cobertura pela imprensa de ambos os países, a Junta Militar optou, em 26 de março, por realizar a invasão das Malvinas, Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul. O propósito era expulsar as autoridades e forças militares britânicas, restaurando a soberania argentina. O plano deveria ser executado sem violência, buscando surpreender e agir rapidamente. Dessa forma, em 28 de março, de forma discreta, a Argentina iniciou o deslocamento de suas forças navais a partir de Porto *Belgrano* (MACEDO, 2012; VIDIGAL, 1985).

A primeira-ministra Margaret Thatcher estava cada vez mais preocupada com a situação. Ela monitorava a inteligência vinda da Argentina e os recentes episódios supracitados na Geórgia do Sul. Diferentemente de seus conselheiros mais próximos, a primeira-ministra julgava que a invasão era iminente. Em 29 de março, um dia após a força naval argentina suspender, ela concluiu que a situação em desenvolvimento no Atlântico Sul exigia ação (PRIVRATSKY, 2014). Em resposta à situação, a primeira-ministra determinou o envio de três submarinos convencionalmente armados e movidos a propulsão nuclear como uma demonstração de força (MIDDLEBROOK, 1987). No mesmo dia, a corveta argentina *Guerrico* suspendeu de Porto *Belgrano* para iniciar a execução do plano de invasão da ilha Geórgia do Sul (DUARTE, 1986).

A notícia do envio dos submarinos foi divulgada pelas imprensas britânica e argentina. A suposição divulgada era a de que o submarino HMS *Superb* já estava no Atlântico Sul, enquanto, em verdade, ainda estava em deslocamento. A informação não foi corrigida pelo Ministério da Defesa britânico e funcionou como uma medida dissuasória (MIDDLEBROOK, 1987).

Em 31 de março, o Sr. John Nott (1932-), secretário de Estado da Defesa do RU, convocou uma reunião urgente com a primeira-ministra Margareth Thatcher e outros membros do governo. A situação indicava claramente que algo incomum estava acontecendo. A inteligência britânica confirmou, ao secretário de Defesa, que uma força-tarefa argentina estava se aproximando das Malvinas, aparentemente com a intenção de invadi-las dentro de dois dias (PRIVRATSKY, 2014).

Somente em 1º de abril é que se soube, nos níveis mais altos do governo britânico, que a força-tarefa argentina, certamente, tentaria tomar as ilhas. Essa constatação levou os

britânicos a pedirem a convocação de uma reunião de emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a intervenção do presidente dos EUA, Ronald Regan (1911-2004)¹⁶, que não conseguiu demover o General Galtieri de seus intentos (VIDIGAL, 1985).

Na noite do mesmo dia 1º, as forças argentinas deflagraram a Operação Rosário, desembarcando nas Malvinas. Na manhã do dia seguinte, diante da superioridade militar argentina, a guarnição militar britânica e o governador britânico se renderam (VIDIGAL, 1985).

Após a invasão inicial, as forças argentinas, rapidamente, estabeleceram uma base militar nas ilhas, incluindo um aeródromo e uma instalação portuária em Porto *Stanley*. Começaram a construir uma série de fortificações e posições defensivas em torno da cidade e em outras partes das ilhas, estabelecendo campos de pouso e helipontos, para apoiar as operações militares (FACCHIN, 2022).

Em 2 de abril, a Argentina finalizou a ocupação militar. Internamente, o povo comemorava a invasão, a Junta Militar contava com o apoio irrestrito de diversos setores da sociedade e estava confiante de que o RU hesitaria em enviar uma força militar para o Atlântico Sul. Esperava-se que um diálogo sobre a soberania das Malvinas começasse em breve e, caso os britânicos não reagissem, os argentinos proporião um cessar-fogo e retirariam suas tropas como um gesto de boa vontade, buscando negociar a soberania das ilhas (MACEDO, 2012; PRIVRATSKY, 2014). A partir desse dia, o RU reconheceu a crise internacional político-estratégica com a Argentina e iniciou sua manobra de crise (GAMBA, 1987).

Em resposta à ocupação, logo após tomar conhecimento da invasão, a primeira-ministra Margareth Thatcher anunciou a formação de uma força-tarefa com o objetivo de retomar as ilhas. Era o início da Operação *Corporate*, que seria liderada pelos porta-aviões HMS *Hermes* e HMS *Invincible* (GALANTE, 2022; VIDIGAL, 1985).

No dia 3 de abril, o CSNU aprovou a resolução 502, exigindo a retirada imediata das forças argentinas, o fim das hostilidades e pedindo uma solução política para a situação, ainda que sem uma clara exigência de recuo militar por parte do RU (PRIVRATSKY, 2014; MACEDO, 2012).

Após a aprovação da resolução 502, a Argentina registrou sua rejeição à decisão do CSNU por não concordar com a retirada de suas tropas. Diante de um novo esforço diplomático para demover a Argentina, os países membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE)

¹⁶ Ronald Wilson Reagan foi o 40º presidente dos EUA, de 1981 a 1989.

estabeleceram um embargo às exportações e suspenderam as entregas de armas para o país (VIDIGAL, 1985).

Verifica-se, assim, que a invasão das Ilhas Malvinas foi cogitada desde a chegada da Junta Militar ao poder. Eventos posteriores, como o anúncio da reestruturação das forças navais britânicas e o incidente *Davidoff*, encorajaram os argentinos a prosseguir em seu antigo desejo de retomar o território. A invasão, desencadeada intencionalmente pelos argentinos, visou a alcançar o objetivo político de negociar a soberania das ilhas, o que gerou uma crise internacional político-estratégica com os britânicos. Com isso, iniciou-se a manobra de crise britânica, utilizando instrumentos diplomáticos e militares, sendo esses últimos sob a forma da Operação *Corporate*, que contou com o uso do Poder Naval britânico.

3.2.1 A Manobra de Crise Britânica

No centro de todo esse processo de manobra de crise, estava o Gabinete de Guerra britânico, que era capaz de controlar cada passo na escalada das operações, e foi liderado pela primeira-ministra Margaret Thatcher. Esse gabinete desempenhou um papel fundamental na coordenação das campanhas diplomáticas, econômicas e militares do RU, para pressionar a Argentina a abandonar as Ilhas Malvinas. Além disso, a constância de propósitos políticos por parte dos civis foi sua contribuição mais valiosa para o esforço militar (FREEDMAN, 1982; MIDDLEBROOK, 1987).

No dia 05 de abril de 1982, apenas três dias depois da invasão das Ilhas Malvinas pelos argentinos, o governo britânico enviou a força-tarefa, que representava cerca de dois terços da marinha britânica e possuía o dobro do poder de fogo de toda a marinha argentina (DUARTE, 1986). A rápida mobilização foi uma conquista notável, dado que foi necessário abastecer e provisionar os meios navais para um período de, pelo menos, três meses no mar (GALANTE, 2022).

Como parte do esforço logístico para dar sustentabilidade às operações da força naval, os britânicos utilizaram a Ilha de Ascensão como base avançada durante a Operação *Corporate*. A Junta Militar argentina recebeu informações de que os Estados Unidos haviam autorizado o

uso dessa ilha pelos britânicos, que logo começaram a deslocar os aviões de transporte da *Royal Air Force* (RAF)¹⁷ para a localidade (GALANTE, 2022; MIDDLEBROOK, 1987).

Para incentivar uma retirada pacífica, o RU buscou aumentar a pressão sobre a Argentina e tentou explorar soluções diplomáticas para a crise, durante o período de deslocamento da força-tarefa (FREEDMAN, 1982). Em 14 de abril, o Gabinete de Guerra britânico ordenou que cinco navios da força naval, que estavam em deslocamento para o sul, reabastecessem e navegassem para uma posição equidistante da Argentina, das Malvinas e da Geórgia do Sul, como parte das negociações diplomáticas (MIDDLEBROOK, 1987; VIDIGAL, 1985).

E nesse contexto, durante a travessia em direção às Malvinas, o Almirante Woodward (1932-2013)¹⁸ relatou uma determinação do Gabinete de Guerra britânico que demonstrava a estratégia no contexto da escalada das ações:

Londres me deu ordens para ir em direção a uma Zona de Exclusão de 320 quilômetros de raio e fazer barulhos agressivos, mas apenas quando eu chegasse lá. Presumivelmente, eles esperavam que isso assustasse os argentinos, e os levasse a voltar para casa. Certamente, valeu a pena tentar (WOODWARD, 1992, p. 98, tradução nossa)¹⁹.

Apesar disso, a estratégia inicial da Argentina era recuar após a decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), mas a presença maciça da força naval britânica levou a Junta a adotar uma posição de não recuar sem uma contrapartida (MACEDO, 2012). A demonstração de força britânica não convenceu facilmente os argentinos a desistirem do que esperavam por 150 anos (MIDDLEBROOK, 1987).

Os esforços do Secretário de Estado americano Alexander Haig (1924-2010), encarregado da missão que se deslocou diversas vezes entre Londres, Buenos Aires e Washington em busca de um consenso que não levasse RU e Argentina a um conflito armado, foram insuficientes, ficando claro que os dois lados não chegariam a um acordo (MCGRUTHER, 1983; VIDIGAL, 1985).

¹⁷ Força Aérea Real ou Real Força Aérea. Representa o poder aéreo das Forças Armadas do RU.

¹⁸ Almirante John Forster Woodward foi comandante da força-tarefa britânica durante a crise das Malvinas.

¹⁹ No original: *“London had given me orders to go into a two hundred mile radius Exclusion Zone and make aggressive noises, but only when I got there. Presumably they hoped this would scare the argentinians back home. It was definitely worth a try.”*

Ainda na busca de demover a Argentina de suas ações, uma das primeiras operações aprovadas pelo Gabinete de Guerra britânico foi a retomada da Geórgia do Sul, com a assistência do submarino HMS *Conqueror*, a chamada Operação *Paraquat*. Essa operação fazia parte da estratégia de escalada militar para convencer os argentinos de que o RU estava determinado a recuperar todas as ilhas ocupadas, possivelmente levando a uma retirada argentina voluntária das Malvinas (FREEDMAN; GAMBASTONEHOUSE, 1991; MIDDLEBROOK, 1987).

Ademais, o Gabinete de Guerra britânico anunciou uma Zona de Exclusão Total (ZET) de 200 milhas náuticas ao redor das Ilhas Malvinas. Essa medida, implementada com o apoio dos submarinos da marinha britânica, tinha o objetivo de enfraquecer a posição argentina, restringindo a movimentação e o abastecimento de navios argentinos nas proximidades das ilhas (GALANTE, 2021; MIDDLEBROOK, 1987).

No dia 28 de abril, os Estados Unidos apoiaram, publicamente, o RU, o que encerrou a fase das negociações diplomáticas e levou a Argentina a anunciar, oficialmente, que não estaria de acordo com o proposto pelo Secretário Haig para a solução da crise. Esse contexto de tensão foi acentuado pela ameaça argentina de ataque a qualquer navio britânico que navegasse em suas águas territoriais (FREEDMAN; GAMBASTONEHOUSE, 1991; VIDIGAL, 1985).

Assim, o governo britânico divulgou a ampliação da ZET ao redor das Ilhas Malvinas, considerando hostil qualquer navio argentino que navegasse na zona, sem autorização do MD em Londres (GALANTE, 2021). A ZET se aplicava não só à marinha argentina, mas, também, a qualquer meio aéreo ou navios que fossem empregados em apoio à tropa argentina nas Malvinas, tendo como alvo as linhas de comunicação marítima (LCM) argentinas com as ilhas (VIDIGAL, 1985).

Diante desse cenário, os políticos tiveram que decidir se escalariam as ações com o uso de aviões bombardeiros nas Malvinas ou na Argentina. Foi rapidamente decidido não tentar ataques contra alvos no continente argentino; isso levaria muito longe a justificativa britânica para a ação militar. Entretanto, quanto às Malvinas, não houve essa restrição e, em 1º de maio, a força-tarefa britânica lançou um ataque aéreo em Porto *Stanley*, conhecido como Operação *Black Buck* (VIDIGAL, 1985).

Nessa operação, um bombardeiro Vulcan, que era originalmente projetado para transportar armas nucleares, mas foi adaptado para o lançamento de bombas convencionais

nas ilhas, partiu da ilha de Ascensão em direção a Porto *Stanley*, transportando vinte e uma bombas de alto poder explosivo. A operação que bombardeou o aeroporto de Porto *Stanley* dentre outras instalações, totalizou dezesseis horas de voo e envolveu dezessete operações de reabastecimento (MIDDLEBROOK, 1987; VIDIGAL, 1985). O bombardeio de Porto *Stanley*, além de surpreender os argentinos, também buscou gerar um efeito psicológico, demonstrando a capacidade militar britânica de atingir o território continental argentino, caso fosse necessário, visto que os aviões partiram da Ilha de Ascensão (VIDIGAL, 1985).

Durante as operações no mar, em 2 de maio, o cruzador *ARA General Belgrano* foi atingido por dois torpedos lançados pelo submarino *HMS Conqueror*, enquanto navegava juntamente com outros dois cruzadores. Isso resultou em acusações argentinas de escalada injustificada. Os britânicos argumentaram que os navios argentinos representavam uma ameaça armada aos elementos da força-tarefa, enquanto os argentinos alegaram que o navio estava navegando em direção à Argentina e não em direção à força naval britânica (FREEDMAN, 1982; VIDIGAL, 1985).

A ação do *HMS Conqueror* trouxe benefícios operacionais significativos para os britânicos. Os navios de guerra argentinos foram restringidos a uma área de até doze milhas náuticas da costa, enquanto o NAe argentino e outros navios menores foram transferidos para suas bases. As aeronaves navais embarcadas no NAe argentino foram realocadas para bases terrestres, dando início às operações a partir da costa (FREEDMAN, 1982; MIDDLEBROOK, 1987).

Esse incidente marcou o momento em que os britânicos perderam o controle da crise, levando ao conflito armado. Nenhuma negociação estava em curso, e nenhuma das partes recorreu ao CSNU após o término das negociações mediadas pelos EUA (GAMBA, 1987; MCGRUTHER, 1983).

Isto posto, com o início da Operação *Corporate* observam-se decisões e ações tomadas pelos britânicos, sempre ratificadas pelo seu Gabinete de Guerra, com o uso intenso do poder militar, especificamente o poder naval britânico, o qual, de forma ágil, teve a capacidade de se fazer presente e se sustentar durante o período da crise. O Gabinete de Guerra britânico liderou a manobra de crise e escalou suas ações, almejando persuadir os argentinos a mudarem o rumo e retrocederem em suas decisões. Até que, em 2 de maio, com o afundamento do cruzador argentino, os britânicos perderam o controle da manobra de crise, com a situação evoluindo para um conflito armado.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Até fevereiro de 1982, as relações entre os atores apresentavam estabilidade. Os britânicos buscavam negociações anuais, excluindo a questão da soberania, para manter a ligação com os argentinos e garantir apoio logístico e de comunicação com as ilhas. A Argentina, insatisfeita com a desigualdade nas discussões, aceitava essa posição para trazer a questão da soberania para a mesa de negociações.

A situação começou a mudar em 1981, com a chegada da Junta Militar ao poder e os anúncios britânicos de futura incapacidade militar de projeção de poder. Esses eventos levaram os argentinos a cogitar e planejar a retomada das ilhas.

A invasão das Ilhas Malvinas foi planejada pela Junta Militar desde sua chegada ao poder. Eventos subsequentes, como a reestruturação das forças navais britânicas e o incidente Davidoff, bem como as preocupações geopolíticas na região, incentivaram a Argentina a buscar a retomada do referido território. O objetivo político da invasão era negociar a soberania das ilhas, o que desencadeou uma crise internacional político-estratégica com o RU. Com isso, pode-se observar que a invasão argentina às Malvinas, em 1º de abril de 1982, caracterizou uma mudança no *status quo* da relação entre RU e Argentina.

No entanto, a invasão argentina foi amplamente rejeitada pela comunidade internacional, resultando na resolução do CSNU e no embargo da CEE imposto à Argentina. Além disso, a crença argentina de que os britânicos não interviriam militarmente, devido à suposta falta de capacidade e sustentabilidade logística, foi contrariada com a Operação *Corporate*. Esse foi o momento em que o RU contra-atacou, iniciando sua manobra de crise.

Uma das primeiras ações militares foi a reconquista da Geórgia do Sul, na Operação *Paraquat*. Nessa operação, os britânicos realizaram seus movimentos de escalada com o objetivo de demonstrar aos argentinos sua determinação em retomar as Ilhas Malvinas. Além dessa operação, estabeleceram uma ZET, com a fundamental contribuição dos submarinos britânicos, que objetivava, entre outras ações, restringir a movimentação e os abastecimentos argentinos para as tropas nas Malvinas, afetando, assim, suas LCM entre o continente e a ilha.

Ainda dentro da escalada britânica, pôde-se identificar o uso dos aviões bombardeiros *Vulcan*, que originalmente tinham a capacidade de lançar armamento nuclear, mas foram adaptados para o lançamento de bombas convencionais. Um de seus primeiros ataques a

Porto *Stanley* foi uma demonstração da capacidade militar britânica de também atacar o território argentino, caso não houvesse a restrição imposta pelos britânicos.

Como último evento da escalada até o início do conflito armado, o afundamento do cruzador ARA *General Belgrano* pelo submarino HMS *Conqueror* foi mais uma decisão dos britânicos, autorizada no âmbito das operações em curso. A justificativa para essa ação foi que o navio, naquela posição, representava uma ameaça para a força naval do RU. Entretanto, a ação militar foi considerada uma demonstração de força bruta em um contexto no qual as ações em curso buscavam coagir os argentinos a abandonar as ilhas.

No que tange à crise das Malvinas, buscou-se descrever as ações e decisões britânicas conduzidas pelo Gabinete de Guerra britânico, após os argentinos invadirem as ilhas. Nessa condução da manobra de crise, identificou-se, também, o uso do poder naval, representado pela Operação *Corporate*, como instrumento militar para alcançar os objetivos políticos do governo no âmbito da crise deflagrada entre os dois países.

4 A DINÂMICA DA COERÇÃO NA CRISE DAS MALVINAS

Este capítulo pretende investigar os acontecimentos relacionados à crise das Malvinas, com enfoque na Teoria da Dinâmica da Coerção de Byman e Waxman. O objetivo é verificar se as decisões e ações do governo britânico durante a crise podem revelar correspondência à teoria mencionada, a fim de alcançar o propósito desta pesquisa.

O capítulo está organizado em quatro seções. A primeira prepara uma avaliação do conceito de coerção de Byman e Waxman diante dos acontecimentos históricos, com o objetivo de averiguar quais ações poderiam ser classificadas como coercitivas. A segunda seção avalia se as ações identificadas como coercitivas, na seção anterior, apresentam características correlatas ao domínio da escalada durante a crise das Malvinas. A terceira seção busca apurar se os pontos argentinos selecionados nesta pesquisa teriam atributos condizentes com o conceito de ponto de pressão. A quarta seção aborda as considerações parciais.

4.1 AS AÇÕES COERCITIVAS BRITÂNICAS

Avaliando as ações britânicas dentro da manobra de crise, e considerando o conceito de coerção apresentado na fundamentação teórica, entende-se que a decisão de enviar uma força naval, superando os desafios logísticos inerentes à distância entre o RU e as Ilhas Malvinas, pode ser caracterizada como uma ação coercitiva. Isso porque tentou-se coagir os argentinos, por meio do uso da força limitada, a reverter as ações em curso nas ilhas, tendo como instrumento o poder naval britânico, buscando assegurar a credibilidade da ameaça.

Ademais, ao longo do deslocamento para o Sul, a força naval pode ter servido como instrumento coercitivo enquanto ações diplomáticas eram tomadas, dentro de uma ação coercitiva na manobra de crise britânica. Isso se torna mais perceptível tanto durante o destaque das forças navais para uma posição equidistante da Argentina, Ilhas Malvinas e Geórgia do Sul, como parte das negociações diplomáticas, quanto pelo relato do Almirante Woodward, apresentado no capítulo três, que destacou o uso limitado da força, para respaldar

a ameaça, como forma de induzir um adversário a se comportar de maneira diferente do que faria e influenciá-lo quanto à percepção do seu adversário em relação aos custos significativos da resistência.

A operação *Paraquat*, desencadeada no âmbito da Operação *Corporate*, tinha como objetivo retomar a ilha Geórgia do Sul e fazia parte da estratégia das ações de escalada militar para convencer os argentinos a mudarem sua posição e, assim, demonstrar que o RU estava determinado a recuperar todas as ilhas ocupadas. Essa ação dos britânicos também está em sintonia com as características coercitivas da teoria e poderia demonstrar um intuito coercitivo por parte dos britânicos.

Na implementação da ZET engendrada pelo RU, observa-se que seu estabelecimento só foi possível devido à presença do poder naval britânico, com os submarinos que já estavam na área de operações. Tal ação buscou evitar o reforço da posição nas Malvinas pelos argentinos, com impacto em suas LCM e buscou, também, ameaçar os argentinos, considerando hostis qualquer meio aéreo ou naval que transitasse pela ZET, sem autorização dos britânicos. O que também poderia ser caracterizado como uma ação coercitiva, pois os ingleses teriam a capacidade de fazer o adversário agir de uma maneira específica, sem a necessidade do uso direto da força bruta.

No que tange ao uso dos bombardeiros *Vulcan*, que iniciaram sua missão após o estabelecimento da ZET e revelaram a capacidade de ataque dos britânicos, cabe apontar que também poderiam configurar uma ação coercitiva, dentro de um contexto de escalada das ações militares. Os aviões, mesmo com as dificuldades logísticas envolvidas, conseguiram realizar os ataques às Malvinas e denotaram autonomia para, caso fosse necessário, atacar o continente argentino num movimento de ameaça que buscou gerar um efeito psicológico nos argentinos.

A avaliação do episódio do afundamento do cruzador ARA *General Belgrano* permite observá-lo como emprego efetivo da força bruta, pois os britânicos precisaram materializar a ameaça por meio do uso direto desse recurso.

Apenas a ameaça da presença dos submarinos não foi suficiente para alterar a movimentação das forças argentinas que, de acordo com os britânicos, navegava ao encontro da força naval britânica. Com isso, o Gabinete de Guerra autorizou a escalada das ações, com o ataque direto ao navio argentino, baseado na justificativa de proteger a força naval, o que levou ao afundamento do meio naval argentino.

A mudança do *status quo* da Argentina, gerada por essa ação britânica, foi caracterizada pela restrição imposta à marinha argentina de navegar somente numa área até doze milhas da costa, e não teria, assim, aderência ao conceito de coerção, mas ao emprego de força bruta.

Dessa maneira, no que se refere às ações coercitivas britânicas durante o período da crise, podem-se verificar evidências que apontam correspondência ao conceito utilizado na fundamentação teórica. Dentre as ações que se enquadram como coercitivas, destacam-se o envio da força-tarefa na Operação *Corporate*, os movimentos coercitivos da força naval durante a travessia para as Malvinas, a Operação *Paraquat*, o estabelecimento das ZET e os bombardeiros realizados nas Ilhas Malvinas.

Por outro lado, o afundamento do cruzador ARA *General Belgrano* foi considerado como emprego de força bruta, não estando em conformidade com o conceito de ação coercitiva proposto na fundamentação teórica.

A partir desse panorama, entende-se que a estratégia coercitiva adotada pelo governo britânico, durante a crise das Malvinas, incluiu as ações militares acima citadas e que, na ótica desta pesquisa, poderiam coagir os argentinos a reverter suas ações, revelando, assim, que, conforme o modelo coercitivo de Byman e Waxman, poderiam ser identificadas como ações coercitivas.

Cabe, no entanto, apontar que ainda se faz necessária a avaliação dos demais parâmetros, para se chegar a um diagnóstico final. Por isso, a próxima seção procederá à verificação do parâmetro de domínio da escalada.

4.2 OS BRITÂNICOS E O DOMÍNIO DA ESCALADA

Relembrando as proposições teóricas da obra de Byman e Waxman, apresentadas na fundamentação teórica, no que tange ao domínio da escalada, observa-se que, para se conseguir o controle sobre o domínio da escalada, não importa onde o adversário escolha aumentar a pressão, o agente da coerção deve ser sempre capaz de superá-lo nessa área.

O domínio da escalada será avaliado, nesta pesquisa, dentro das ações enquadradas como coercitivas na seção anterior e de acordo com as seguintes características para se

alcançar o domínio da escalada: (1) as pressões coercitivas, para coagir, são efetivas quando aplicadas de forma constantes e com efeito cumulativo; (2) o entendimento pelo adversário de que o agente da coerção tem sustentabilidade, ou seja, capacidade em sustentar determinado esforço coercitivo por um período considerável de tempo, o que torna mais efetivos os esforços para compelir ou dissuadir; e (3) quando o aumento de pressão coercitiva acontece de forma incremental ou imediata, o adversário tende a perceber, com mais clareza, os custos impostos e, por isso, aumentam as chances de que ele reveja a sua posição, aqui considerada como pressão incremental ou imediata.

Dessa forma, a fim de facilitar o entendimento e a avaliação do domínio da escalada, estipula-se um critério de observação de acordo com as características supracitadas que, apesar de subjetivo, atende ao propósito desta pesquisa e visa a avaliar as ações coercitivas britânicas durante a crise.

Caso as três características do domínio da escalada sejam percebidas nos fatos históricos em que as ações coercitivas se desenvolveram, poderá ser considerado que os britânicos possuíam um elevado controle do domínio da escalada. Se apenas duas características forem notadas, poderá ser admitido que os britânicos possuíam um razoável controle. Quando o contexto apresentar uma, ou nenhuma, característica observada indicará um reduzido controle por parte dos britânicos sobre o domínio da escalada.

Quanto à característica do domínio da escalada relacionada ao efeito cumulativo, observou-se que as ações coercitivas, pela própria cinemática dos eventos durante a manobra de crise, dão indícios de que as ações britânicas foram desenvolvidas de forma constante e cumulativa, dentro de um cenário de escalada, visando a alcançar seus objetivos de ameaçar e persuadir os argentinos, culminando com o episódio do afundamento do cruzador *ARA General Belgrano*.

Seguindo a avaliação das características do domínio da escalada, no que tange à sustentabilidade, percebeu-se que, durante toda a fase de escalada da crise até a invasão das Ilhas Malvinas, a Junta Militar não acreditava em um movimento britânico para a recuperação das ilhas. Essa avaliação da Junta Militar foi corroborada pelos anúncios públicos do plano de reestruturação da força britânica e, principalmente, pelos desafios logísticos inerentes a uma travessia com meios militares numa distância tão grande.

Para a Junta Militar, sua ação seria contraposta no plano diplomático; entretanto, os argentinos estavam enganados. Tão logo ocorreu a invasão, em apenas dois dias, uma

considerável força naval se dirigiu em direção às Ilhas Malvinas, com o intuito de forçar a retirada argentina por meio de um movimento militar que teria condições de sustentar, ao longo da campanha, as ações citadas na seção anterior, usando, inclusive, a Ilha de Ascensão como ponto logístico. Sendo assim, também se entende que as ações coercitivas poderiam ser enquadradas como sustentáveis para o domínio da escalada. Nesse âmbito, deu-se especial ênfase à ação dos bombardeiros na Operação *Black Buck*, que bem demonstram tal característica.

Ademais, quanto ao atributo relativo à pressão incremental ou imediata, o envio da força naval dois dias após a invasão das ilhas, atestada e pronta para se manter por, pelo menos, três meses no mar, surpreendeu os argentinos. O deslocamento de navios, após ordens de Londres, em apoio a negociações diplomáticas; o estabelecimento imediato da ZET, realizada com os submarinos britânicos que estavam na área das ilhas; e os bombardeiros em Porto *Stanley*; foram realizados gradualmente, na escalada, revelando a intenção de persuadir os argentinos a abandonarem as Malvinas, e mostrando o custo de uma campanha militar contra o RU.

Por conseguinte, a avaliação final do controle do domínio da escalada no período da crise indicou a possibilidade de um grau elevado de controle britânico sobre o domínio da escalada, tendo em vista que as ações enquadradas como coercitivas tiveram aderência às três características do domínio da escalada conforme o modelo teórico de Byman e Waxman (2002). O QUADRO 1 abaixo facilita a apresentação dos resultados deste teste.

QUADRO 1
Resumo dos resultados dos testes do domínio da escalada

Ação coercitiva	Características do domínio da escalada		
	Efeito cumulativo (1) S – Sim N – Não	Sustentabilidade (2) S – Sim N – Não	Pressão incremental ou imediata (3) S – Sim N – Não
Operação <i>Corporate</i>	S	S	S
Movimentos coercitivos da Força Naval	S	S	S
Operação <i>Paraquat</i>	S	S	S
ZET	S	S	S
Bombardeiros	S	S	S

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3 OS PONTOS DE PRESSÃO ARGENTINOS

Relembrando a proposição teórica sobre os pontos de pressão apresentada no capítulo teórico, admite-se que a habilidade de ameaçar pontos de pressão de forma crível, com custos reduzidos para aquele que ameaça, é importante para a coerção. Os prováveis pontos de pressão de um determinado adversário são, normalmente, os pontos para os quais ele desenvolveu capacidade de proteção.

Contribuem para a melhor escolha dos pontos de pressão a sensibilidade e a vulnerabilidade. A primeira indica que uma determinada pressão coercitiva aplicada ao ponto terá um impacto significativo nele. A outra, por ter caráter externo ao ponto de pressão, refere-se à possibilidade de ele ser ameaçado ou não.

Assim, são avaliadas as seguintes características de alguns pontos escolhidos nesta pesquisa: capacidade de ameaçar os pontos de pressão argentinos, custo da ameaça para aquele que exerce a coerção, sensibilidade e vulnerabilidade.

De forma análoga à seção anterior, estabeleceu-se um critério subjetivo para avaliar se características do modelo teórico seriam observadas nos pontos escolhidos para apreciação. Sendo assim, primeiramente, o ponto será avaliado para se identificarem características que permitam aproximá-lo dos conceitos de sensível e vulnerável, de acordo com os fatos históricos e as ações coercitivas empreendidas sobre o ponto. Vale ressaltar aqui que o ponto poderá ser sensível, mas não vulnerável.

Caso o agente da coerção, dentro da avaliação desta pesquisa, tivesse a capacidade de ameaçar sem um custo elevado, será possível entender que ele possuía elevado controle dos pontos de pressão. De forma que, se a avaliação demonstrar a capacidade de ameaçar a um elevado custo, será considerado que o agente da coerção possuía razoável controle dos pontos de pressão. Caso não se observem ações que se enquadrem como capacidade de ameaça, o agente revelará que não possuía controle sobre os pontos de pressão.

Desta feita, sempre com base nos fatos históricos, selecionaram-se os seguintes pontos argentinos no âmbito da crise para teste de aderência: a marinha argentina, os pontos militares estabelecidos quando da invasão às Ilhas Malvinas, as LCM argentinas na área da ZET e o território continental argentino.

No que tange à sensibilidade, entende-se que a aplicação de pressões coercitivas teria impacto significativo nos pontos candidatos, com o desencadeamento das ações coercitivas conforme o modelo de Byman e Waxman (2002).

Esse entendimento é corroborado pelos episódios em que a marinha argentina sofreu a ameaça de ataque pelo estabelecimento da ZET, com consequências em suas LCM para as Malvinas. Os pontos militares estabelecidos durante a invasão das ilhas também foram considerados sensíveis devido ao uso dos bombardeiros *Vulcan* pelos britânicos.

Quanto ao território continental argentino, também pode ser considerado sensível caso se admita o uso de bombardeiros *Vulcan*, atentando ao impacto incomensurável para o desenrolar da crise. Nesse caso, cabe enfatizar que a verificação de sensibilidade não leva em conta outros parâmetros que não constem na proposição teórica supracitada, como restrições políticas estabelecidas pelos britânicos, por exemplo.

Na avaliação do parâmetro vulnerabilidade, compreendem-se como vulneráveis todos os pontos candidatos, com exceção do território continental argentino, que não pôde ser atacado tendo em vista que, neste caso, a restrição política britânica inviabilizou o ataque ao território continental.

Analisando a capacidade do RU de ameaçar os candidatos a pontos de pressão, nota-se que a manobra de crise que resultou na Operação *Corporate* e demais ações desencadeadas demonstram a capacidade do RU de ameaçar os pontos selecionados para avaliação deste estudo.

Com relação ao parâmetro custo da ameaça, que se refere, nesta pesquisa, ao esforço logístico e político para concretizar a ameaça, pode-se observar que os pontos de pressão marinha argentina, pontos militares estabelecidos nas ilhas e LCM argentinas na área da ZET demandaram um elevado esforço logístico para sua concretização pelo RU. Já no que se refere ao custo da ameaça ao território, observa-se que esse custo político também era elevado para o RU, o que ocasionou a não realização do ataque.

Consideram-se, assim, como pontos de pressão argentinos: o território continental argentino, enquadrado como sensível, mas não vulnerável; a marinha argentina, os pontos militares estabelecidos quando da invasão às Ilhas Malvinas e as LCM argentinas, que estariam dentro do conceito de sensíveis e vulneráveis. Nesse panorama, entende-se que os britânicos tiveram capacidade de ameaçar coercitivamente, porém com elevado custo logístico. O que possibilitou indicar um razoável controle sobre os pontos de pressão, de acordo com os

critérios acima estabelecidos para avaliar as características dos pontos de pressão, conforme o modelo teórico de Byman e Waxman (2002). O QUADRO 2 abaixo facilita a apresentação dos resultados deste teste.

QUADRO 2
Resumo dos resultados dos testes dos pontos de pressão

Pontos selecionados	Características dos pontos de pressão			
	Sensibilidade S – Sim N – Não	Vulnerabilidade S – Sim N – Não	Capacidade de ameaçar S – Sim N – Não	Custo da ameaça E – Elevado R – Reduzido
Marinha argentina	S	S	S	E
Pontos militares nas Malvinas	S	S	S	E
LCM argentinas na área da ZET	S	S	S	E
Território argentino	S	N	S	E

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir da verificação dos eventos históricos e da ótica da teoria escolhida para amparo da pesquisa, pretendeu-se averiguar se os pontos destacados por este estudo teriam aderência ao modelo coercitivo de Byman e Waxman.

Sendo assim, foram analisadas as ações britânicas que poderiam ser enquadradas como coercitivas. Realizada essa avaliação, buscou-se observar se os britânicos, ao desenvolverem essas ações, apresentaram características do domínio da escalada. Além disso, identificaram-se os pontos de pressão argentinos que poderiam ser, efetivamente, ameaçados pelos britânicos, e avaliou-se o nível de controle sobre esses pontos.

Quanto à apuração das ações coercitivas durante o período da crise, conseguiu-se identificar, nas ações britânicas, características correspondentes ao modelo teórico de coerção. Dessa forma, as seguintes ações foram avaliadas como coercitivas durante a crise: o envio da força-tarefa na Operação *Corporate*, os movimentos coercitivos da força naval

durante a travessia, a Operação *Paraquat* para retomada das ilhas Geórgia do Sul, o estabelecimento das zonas de exclusão marítima e os bombardeiros realizados nas Malvinas.

A pesquisa sobre o domínio do controle da escalada, fundamentada em suas principais características, possibilitou observar, a partir dos fatos históricos, que os britânicos poderiam ter um elevado controle do domínio da escalada. Isso ocorreu, visto que as três características selecionadas neste estudo e vinculadas ao domínio da escalada foram observadas nas ações britânicas que poderiam ser enquadradas como coercitivas.

A partir dos pontos estabelecidos nesta pesquisa, dentro do contexto histórico da crise, identificou-se, também, que a marinha argentina, os pontos militares estabelecidos quando da invasão às Ilhas Malvinas e as LCM argentinas puderam ser vistos como pontos sensíveis e vulneráveis. Entretanto, o território argentino pôde ser considerado apenas sensível, mas não vulnerável. Vale apontar que os britânicos se mostraram militarmente aptos para ameaçar esses pontos. Essa ameaça, porém, acarretou um custo logístico elevado. Isso levou à observação de que os britânicos poderiam ter um razoável controle sobre esses pontos de pressão.

Dessa forma, pode-se inferir que as ações britânicas durante a crise das Malvinas tiveram aderência à estratégia coercitiva conforme o modelo teórico de Byman e Waxman (2002). Dado o elevado controle sobre o domínio da escalada e um razoável controle sobre os pontos de pressão, entende-se que havia uma perspectiva mais promissora de alcançar os objetivos estabelecidos ao utilizar essa estratégia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar algumas ações e decisões tomadas pelo governo britânico durante a crise das Malvinas. O estudo das situações apresentadas foi conduzido com o objetivo de esclarecer se essas decisões e ações teriam aderência ao modelo de coerção proposto por Byman e Waxman (2002).

A estratégia adotada para atingir o propósito da pesquisa fundamentou-se na aplicação da Teoria Dinâmica da Coerção, apresentada por Daniel Byman e Matthew Waxman. Assim, tem-se a coerção como a capacidade de fazer o adversário agir de uma maneira específica, sem a necessidade do uso direto da força bruta, buscando assegurar a credibilidade da ameaça e influenciar a percepção do adversário em relação aos custos significativos da resistência. Além disso, observou-se que a coerção pode ser subdividida em compulsão e dissuasão, com o emprego limitado da força ou apenas sua ameaça, o que resulta em diferenças claras no estado final pretendido. A identificação deste conceito, permitiu avaliar quais ações britânicas executadas durante a manobra de crise britânica poderiam ser enquadradas como ações coercitivas conforme a teoria base desta pesquisa.

Como elemento fundamental para a construção do raciocínio, a teoria da dinâmica da coerção foi apresentada com ênfase no seu caráter dinâmico e singular. Essa abordagem permitiu identificar três atributos para o domínio do controle da escalada e quatro atributos para o controle dos pontos de pressão durante a crise das Malvinas, como forma de se avaliar uma estratégia coercitiva. Além disso, pôde-se compreender que a ideia principal da obra de Byman e Waxman é que quanto mais elevado for o controle do ator que utiliza estratégias coercitivas sobre os pontos de pressão e o domínio da escalada, maior será a chance de sucesso da estratégia coercitiva.

Examinaram-se, também, alguns conceitos de interesse para a pesquisa como: conceito de crise; definição de crise internacional político-estratégica; manobra de crise, conduzida no mais alto nível político do país pelo Gabinete de Crise, e a observação de como o Poder Naval, por suas características intrínsecas, pode atuar como instrumento militar em um cenário de crise, encerrando a apresentação dos conhecimentos necessários à compreensão dos argumentos desenvolvidos no decorrer da pesquisa.

Em sequência, para tornar a reflexão sobre os conceitos teóricos algo mais factual, foram visitadas algumas ações e decisões do governo britânico por ocasião da crise das Malvinas. A descrição dos fatos históricos mostrou que, após um período de regularidade nas negociações entre o RU e a Argentina, a chegada da junta militar ao poder, os anúncios realizados sobre a possível redução da força naval e o contexto geopolítico argentino na região começaram a mudar o *status quo* da questão sobre a soberania. Aliado a isso, o incidente *Davidoff* desencadeou uma série de movimentos dos atores, o que demonstrou o nível de percepção das partes sobre a questão.

Dessa forma, firme em seu intento de retomar a soberania das ilhas, a Argentina realizou a invasão das Malvinas, deflagrando uma crise internacional político-estratégica com o RU e acionando uma manobra de crise pelos britânicos, que foi gerenciada pelo Gabinete de Guerra. Essa situação culminou no emprego do poder naval britânico. Por suas características inerentes, a marinha britânica detinha as condições para se fazer presente e exercer as ações determinadas pelo Gabinete de Guerra, no contexto da Operação *Corporate*, visando a alcançar os objetivos políticos do RU em relação às Ilhas Malvinas.

Dentro da operação, observou-se, também, algumas ações e decisões britânicas no contexto da manobra de crise como: a reconquista da Geórgia do Sul, na Operação *Paraquat*; os movimentos da força naval durante a travessia para as ilhas em suporte às negociações diplomáticas e o estabelecimento da ZET.

Ademais, o uso dos aviões bombardeiros *Vulcan* no ataque às instalações das ilhas, superando os desafios logísticos inerentes a missão e o afundamento do cruzador ARA *General Belgrano* foram, também, algumas ações britânicas identificadas durante o período da crise.

Posteriormente, investigaram-se os acontecimentos relacionados à crise das Malvinas, com enfoque na Teoria da Dinâmica da Coerção de Byman e Waxman, no intuito de responder se as decisões e ações do governo britânico durante a crise tiveram aderência à teoria citada.

Foi possível constatar que as ações britânicas selecionadas para avaliação tiveram aderência ao conceito de coerção, à exceção do episódio do afundamento do cruzador ARA *General Belgrano*, e que os britânicos poderiam ter um elevado controle do domínio da escalada, conforme os critérios estabelecidos nesta pesquisa, visto que foram observadas as três características correspondentes ao domínio da escalada nas ações coercitivas.

Além disso, a partir da verificação de pontos de importância para os argentinos no âmbito da crise, chegou-se ao diagnóstico, também de acordo com os critérios estabelecidos

nesta pesquisa, que os britânicos poderiam ter um razoável controle sobre os pontos de pressão, tendo em vista o elevado custo das ações. Ademais, foram identificados como possíveis pontos de pressão: a marinha argentina, os pontos militares nas Malvinas, as LCM argentinas na área da ZET e o território argentino.

Todas as conclusões parciais mencionadas esclarecem os pontos relevantes da Teoria da Dinâmica da Coerção na crise das Malvinas e, ao combiná-las, obteve-se a resposta à questão desta pesquisa: as decisões e ações do governo britânico, durante a crise das Malvinas, foram condizentes com o modelo coercitivo proposto por Byman e Waxman?

De forma embasada, pode-se considerar que as ações britânicas selecionadas por esta pesquisa, durante a crise das Malvinas, poderiam ser enquadradas como coercitivas. Além disso, averiguou-se um descompasso entre o domínio da escalada e dos pontos de pressão, visto que os britânicos, por meio de suas ações, poderiam ter apresentado um elevado controle do domínio da escalada e um razoável controle sobre os pontos de pressão, o que possibilitaria a compreensão de que as ações britânicas durante a crise das Malvinas tiveram aderência à estratégia coercitiva, conforme o modelo teórico de Byman e Waxman. Considerando o elevado controle sobre o domínio da escalada e o razoável controle sobre os pontos de pressão, observou-se uma maior perspectiva de alcance dos objetivos estabelecidos quando da utilização dessa estratégia.

Dessa forma, espera-se que a pesquisa possa ter contribuído a uma melhor compreensão dos conceitos de domínio de escala e pontos de pressão, conceitos chave de uma estratégia coercitiva, segundo Byman e Waxman, assim como a um melhor entendimento sobre a importância do Poder Naval, especialmente nas ações que envolvem o uso da força limitada, como instrumento que almeja alcançar fins políticos.

Com o crescente desencadeamento de crises internacionais e com base no que foi diagnosticado nesta pesquisa, sugere-se que a MB continue atribuindo alta prioridade aos seus projetos estratégicos, em especial, à construção do núcleo do Poder Naval, a fim de contribuir para a proteção de nossa Amazônia Azul.

Como futura linha de pesquisa, aconselha-se um estudo comparativo entre as marinhas dos países que compõem o entorno estratégico brasileiro, particularmente no que diz respeito aos conceitos de pontos de pressão e domínio da escalada. Tal investigação pode antecipar estratégias de atuação dentro de um cenário de crise internacional e possibilidades de emprego de meios militares, no contexto de execução de uma manobra de crise.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Graham T.; ZELIKOW, Philip. **Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. 2nd ed. New York: Addison Wesley Longman, 1999. 416 p.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 51 – M-04: Doutrina Militar de Defesa**. Brasília, 2007.
- BYMAN, Daniel; WAXMAN, Matthew. **The Dynamics of Coercion: American Foreign Policy and the Limits of Military Might**. New York; Boston: Cambridge University Press, 2002. 265 p.
- CANYON, Deon. **Definitions in crisis management and crisis leadership**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340389551_DEFINITIONS_IN_CRISIS_MANAGEMENT_AND_CRISIS_LEADERSHIP>. Acesso em 10 jul. 2023.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010. 410 p.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986. v.1.
- DUNN, Richard C. **Operation Corporate: Operational Artist's view of the Falkland Islands conflict**. Pickle Partners Publishing, 2014, edição digital.
- FACCHIN, Eugenio Luis. **The Untold Story of a Fighting Ship: One Ship, Two Flags, a Thousand Battles**. Springer International Publishing, 2022. 209 p.
- FREEDMAN, Lawrence. **War on the Falkland Island 1982**. Foreign Affairs, Autumm 1982. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/argentina/1982-09-01/war-falkland-islands-1982>>. Acesso em: 01 Jul 2023.
- FREEDMAN, L.; GAMBA-STONEHOUSE, V. **Signals of war: the Falklands conflict of 1982**. New Jersey: Princeton University Press, 1991. 476 p.
- GAMBA, V. **The Falklands/Malvinas war: a model for north-south crisis prevention**. Boston: Allen & Unwin, 1987. 212 p.
- GALANTE, Alexandre. **Guerra das Malvinas/Falklands – 40 anos: 'o império contra-ataca'**. Poder Naval, 2022. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2022/04/05/guerra-das-malvinas-falklands-40-anos-o-imperio-contra-ataca/>>. Acesso em: 27 Jun. 2023.
- GALANTE, Alexandre. **A operação dos submarinos nucleares britânicos na Guerra das Malvinas, em 1982**. Poder Naval, 2021. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2021/05/22/a-operacao-dos-submarinos-nucleares-britanicos-na-guerra-das-malvinas-falklands-em-1982/>>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

GEORGE, A. L. **Avoiding war: problems of crisis management.** San Francisco: Westview Press, 1991. 590 p.

MACEDO, José Cláudio Oliveira. **Decisão em crise internacional: dois olhares sobre as malvinas/Falklands.** 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

MCGRUTHER, Kenneth R. When deterrence fails: the nasty little war for the falkland islands. **Naval War College Review**, v.36, n. 2, p. 47-56, March/April 1983. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/44636278>>. Acesso em: 14 maio 2023.

MIDDLEBROOK, Martin. **Operation corporate: the Falklands war, 1982.** London: Viking, 1987. 430 p.

PRIVRATSKY, Kenneth L. **Logistics in the Falklands War: a case study in expeditionary warfare.** Barnsley, South Yorkshire: Pen & Sword, 2014. 759 p.

SPELLER, Ian. **Understanding naval warfare.** 2. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2019. 237 p.

TILL, Geoffrey. **Sea power: A Guide for the Twenty-First Century.** 4. ed. London: Routledge, 2018. 476 p.

VIDIGAL, Armando A.f. **Conflito no Atlântico Sul.** Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1985. 130 p.

WOODWARD, Sandy. **One hundred days: the memories of the Falklands battle group commander.** London: Harper Collins Publisher, 1992. 360 p.